



18 DE MAIO DE 2015

Segunda-feira

- REFORMA POLÍTICA BRASILEIRA ADOTA REGRAS INEXISTENTES NO RESTO DO MUNDO
- FORD INAUGURA LOJAS NO BRASIL COM PADRÃO MUNDIAL
- VENDAS MUNDIAIS DA VW TÊM QUEDA DE 2,2%
- CHINA IRÁ FINANCIAR FERROVIA DE US\$ 30 BILHÕES NO BRASIL
- DÉFICIT NO SETOR DE AUTOPEÇAS SOMA US\$ 2,41 BI
- GM COLOCARÁ 900 FUNCIONÁRIOS EM LAYOFF EM SÃO CAETANO DO SUL
- ACCIONA, DA ESPANHA, IRÁ PRODUIR NACELLES NA BAHIA
- ECONOMISTAS VEEM IPCA A 5,50% E SELIC A 11,75% EM 2016
- NOVA MONTADORA MIRA SETE LAGOAS
- PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO CRESCE 4,4% EM ABRIL, APONTA IABR
- MERCADO ELEVA PELA QUINTA SEMANA SEGUIDA ESTIMATIVA DE INFLAÇÃO EM 2015
- NO AZUL, PETROBRAS ALIMENTA ALTA DA BOLSA E INVESTIMENTOS NO BRASIL
- FABRÍCIO SOLER: LOGÍSTICA REVERSA E O "OBA-OBA" PARA A SUSTENTABILIDADE
- SETOR DE CARROS FECHOU MAIS DE 20 MIL VAGAS
- AQUISIÇÃO DE USINAS SERÁ MAIS SELETIVA
- MERCADO ESPERA QUE A INFLAÇÃO ATINJA 8,31% EM 2015
- CONSUMO APARENTE DE AÇO CAI 8,5% EM ABRIL ANTE 2014, APONTA AÇO BRASIL
- CHINA SE OPÕE A MEDIDAS CONTRA EXPORTAÇÃO DE AÇO CHINÊS
- PRIMEIRO-MINISTRO DA AUSTRÁLIA APOIA INQUÉRITO SOBRE PREÇO DO

MINÉRIO DE FERRO

- VALE CONTRATA LINHA DE CRÉDITO ROTATIVO DE US\$ 3 BILHÕES
- TENDÊNCIA DE MAIOR RETRAÇÃO NO SETOR DE VEÍCULOS
- A INDÚSTRIA ACUADA
- INDÚSTRIA CAMINHA LONGE DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTADOS
- BC TRAVA UMA QUEDA DE BRAÇO COM AS EXPECTATIVAS
- O NOVO NORMAL DA CHINA E O PAPEL DO BRASIL
- SETOR DE MÁQUINAS APOSTA EM EXPORTAÇÃO
- DESTAQUES DA MPV 664/2014 SÃO APRECIADOS NO PLENÁRIO DA CÂMARA
- DISCUSSÃO DA PEC DA REFORMA POLÍTICA

CÂMBIO EM 18/05/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,008	3,009
Euro	3,415	3,416

Fonte: BACEN

Reforma política brasileira adota regras inexistentes no resto do mundo

18/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O relatório da comissão da reforma política, que será votado nesta terça-feira (19) na Câmara Federal, vai na contramão dos modelos eleitorais discutidos e usados em todas as democracias modernas.

O modelo do "distritão" e eleições sempre coincidentes para todos os níveis de governo não existem em praticamente nenhum lugar do mundo. Aqui, não se trata de uma inovação: na verdade, o modelo é único porque faz pouco sentido do ponto de vista democrático.

A principal mudança será a substituição do modelo atual de eleição de deputados e vereadores, o chamado voto proporcional em lista aberta, pelo modelo do "distritão" – que não deve ser confundido com o voto distrital.

Esse novo modelo é o mais simples possível: os eleitos são os candidatos com maior número de votos. Por exemplo, o Paraná tem 30 cadeiras na Câmara Federal, e os eleitos seriam os 30 candidatos que receberam mais votos.

Apesar de ser simples, esse sistema não é usado em nenhuma democracia moderna ocidental: hoje, apenas Afeganistão e Jordânia usam esse modelo de maneira uniforme. Isso acontece porque não há qualquer vantagem além da simplicidade. A tendência é o enfraquecimento dos partidos, da representação regional e o fortalecimento apenas dos candidatos "bons de voto".

Outra "inovação" do Congresso é o estabelecimento de eleições simultâneas, com mandatos de cinco anos e sem reeleição para cargos no Executivo. Isso significa que, a cada cinco anos, votaríamos do vereador ao presidente.

Para quem defende o modelo, isso reduz os custos operacionais das eleições e facilita as relações intergovernamentais. Trata-se de algo inédito. Como são esferas diferentes de poder, com competências distintas, faz muito mais sentido que esses debates sejam feitos cada um em seu momento específico.

Em eleições concomitantes, é provável que o debate presidencial "sufoque" as discussões internas de cada município – parte da população votaria no prefeito e no vereador não por suas propostas, mas por seu alinhamento com outros níveis de governo.

Além disso, isso significaria que o eleitor só votaria a cada cinco anos, o que pode contribuir para o afastamento dos cidadãos em relação ao debate político. O relator da reforma, Marcelo Castro (PMDB-PI), chegou a incluir em seu relatório a previsão de um mandato de dez anos para os próximos senadores eleitos, mas voltou atrás e reduziu esse período para cinco. O próximo mandato de prefeito e vereadores seria de seis anos.

Outras mudanças

O relatório prevê outras mudanças importantes. A proposta mantém o modelo misto de financiamento de campanha, incluindo doações empresariais. Entretanto, há alterações nas regras.

As empresas só poderão doar a partidos, e uma lei terá de ser aprovada determinando um teto porcentual e um teto nominal para essas doações – hoje, o limite é apenas porcentual.

O projeto também recria a cláusula de barreira. Partidos que receberem menos de 2% dos votos para deputado federal não poderão receber recursos do fundo partidário e não terão direito a tempo de televisão.

Há, também, a previsão expressa de fidelidade partidária. Por fim, a apresentação de projetos de iniciativa popular foi facilitada: agora, será necessário a assinatura de apenas 0,5% dos eleitores do país – hoje, é preciso 1%.

O que você sabe sobre reforma política?

O que é um modelo de voto em lista aberta? O que um partido precisa ter para apresentar um candidato para as eleições? Como funciona o financiamento eleitoral no Brasil?

Se você sabe todas essas respostas, a Gazeta do Povo preparou um quiz para ver quanto você demonstrar seus conhecimentos sobre a reforma política e o sistema eleitoral brasileiro. E, se você não sabe, aproveite para aprender um pouco do que está sendo discutido em Brasília.





O QUE MUDA?

Entenda os principais pontos do relatório da comissão da reforma política

PRINCIPAIS MUDANÇAS

	 MODELO DE VOTAÇÃO PARA DEPUTADOS E VEREADORES	 FINANCIAMENTO DE CAMPANHA	 NOVO CALENDÁRIO ELEITORAL
Qual a proposta?	Voto único não-transferível, mais conhecido como "distrito". Os candidatos mais votados em um estado ou um município são eleitos, sem mecanismos de proporcionalidade.	Financiamento público e privado, incluindo doações de empresas. Há ainda um teto percentual e nominal para doações privadas. As empresas só poderão ser feitas a partidos políticos.	Eleições gerais de cinco em cinco anos, sem reeleição para o Executivo. Todas as datas eleitorais ocorrem simultaneamente. Mandatos de dez anos para senador e seis para prefeito, para coincidir datas.
Como é hoje?	Voto proporcional em lista aberta. O eleitor vota em um partido e pode escolher votar em um candidato único deste mesmo partido.	A mesma coisa, mas sem teto nominal e sem restrição de doações para candidatos.	Eleições estaduais e federais são simultâneas e ocorrem de quatro em quatro anos. As municipais são separadas, e também ocorrem de quatro em quatro. Reeleição permitida.
Qual o efeito?	A mudança fortalece deputados já no poder e dificulta a renovação dos parlamentos. Ela também favorece "campeões de votos" e enfraquece partidos políticos. Acaba como "efeito Titirica".	A criação de um teto nominal pode evitar que um grupo pequeno de empresas seja responsável por financiar a maior parte da campanha. Projeto também cria previsto constitucional para doação empresarial – hoje, ela é prevista apenas em legislação infraconstitucional.	Eleições simultâneas devem ofuscar o debate municipal. Eleitor ficará cinco anos longe das urnas. Fim da reeleição pode tornar político menos comprometido com o curto prazo, mas os afasta da pressão popular.
Isso existe fora do Brasil?	Em poucos países. Hoje, apenas Afeganistão e Jordânia mantêm sistema similar.	Sim. A maioria das democracias europeias e latino-americanas adota financiamento misto. Regras variam de acordo com o país.	A unificação das datas, não. Já o mandato de cinco anos e a reeleição proibida não estão fora do padrão internacional.
Vai passar?	Difícil saber. PT, PSDB e PSB defendem outros modelos. É possível que eles se uniam para manter sistema atual, com pequenas modificações.	Provavelmente. Adoção do teto parece um meio-termo aceitável para quem defende o fim das doações empresariais, mas não das de pessoas físicas.	Incerto. Mudanças de última hora podem prejudicar votação na comissão e no plenário.

OUTRAS MUDANÇAS

 Cláusula de barreira	Partidos que não conseguirem 2% dos votos para deputado federal não terão direito acesso ao fundo partidário e a tempo de TV.	 Fidelidade partidária	Membros de parlamentos que mudarem de partido perdem suas cadeiras. Regra contradiz o conceito do "distrito".
 Fim das coligações	Proíbe as coligações em eleições proporcionais. Com o "distrito", porém, essa mudança seria absolutamente inútil.	 Iniciativa popular	Leis de iniciativa popular poderão tramitar com a assinatura de 0,5% do eleitorado. Hoje, exige-se 1%.

PRÓXIMOS PASSOS

- Análise pelo plenário**
Como a reforma parte de uma PEC, são necessárias 308 votos para aprová-la. Deputados podem votar destaques ou apresentar emendas (mudanças) em plenário. É quase certo que o texto será alterado. A votação começa no próximo dia 25.
- Análise pelo Senado**
Aprovado o texto final na Câmara, o Senado tem que votá-lo.
- Volta à Câmara**
Se o Senado modificar alguma coisa no texto, a proposta tem que ser votada de novo na Câmara.
- Promulgação**
Por ser uma emenda constitucional, o presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB), deve promulgá-la. A presidente Dilma Rousseff (PT) não tem poder de veto.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Ford inaugura lojas no Brasil com padrão mundial

18/05/2015 - Fonte: Automotive Business



A Ford está investindo na modernização da rede de concessionárias no Brasil, trazendo ao País o novo conceito padrão mundial. Três novas lojas foram inauguradas seguindo os novos conceitos de arquitetura e atendimento, em São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro e outras sete já reformaram seguindo a linha trustmark da montadora, caracterizado por ambientes amplos, modernos e funcionais, voltados para o conforto, comodidade e transparência no atendimento com clientes.

Ivan Nakano, gerente de desenvolvimento da rede de distribuição da Ford, afirma que um terço da rede já está padronizada nos conceitos da linha trustmark.

"Cerca de 30% dos mais de 400 distribuidores no Brasil já adotaram o padrão, que está sendo introduzido em todas as instalações inauguradas ou reformadas", avalia o executivo.

A nova arquitetura dá às concessionárias a fachada na cor prata com pé direito duplo, sinalização de entrada, oval Ford em tamanho grande e showroom envidraçado.

Internamente, as instalações maiores, com paredes de vidro que permitem aos clientes acompanhar a manutenção feita nos veículos na oficina. Agendamento de serviços pela internet e box de serviços rápidos também fazem parte do padrão.

As concessionárias inauguradas são: Bracon, em Campo Grande (RJ); Buriti, em Iracê

(BA); e a Autoprime, em Santo André (SP). Já as reformadas são: Paranavel, em Cianorte (PR); Tropical Lomar, em Londrina (PR); Globo, em Itajaí (SC); Gambatto, em Passo Fundo (RS); Nuno, em Registro (SP); Dunorte, em Santo Antonio de Pádua (RJ); e a Franco, em Colatina (ES).

Vendas mundiais da VW têm queda de 2,2%

18/05/2015 - Fonte: Automotive Business



As vendas mundiais da Volkswagen somaram de janeiro a abril 1,98 milhão de automóveis, resultando em pequena queda de 2,2% ante o mesmo período do ano passado. Apesar do crescimento na Europa Ocidental, o desempenho ruim na América do Sul, na Rússia e o pequeno recuo na China puxaram os resultados para baixo.

Em todo o continente europeu foram entregues 582 mil carros, 2,5% a mais que nos mesmos meses de 2014. A porção ocidental (exceto Alemanha) adquiriu 318,1 mil automóveis VW, registrando alta de 6,6%. No mercado alemão foram 198,1 mil unidades e acréscimo de 7,6%.

Nas regiões central e oriental, os 65,9 mil veículos vendidos resultaram em queda de 22,8%. Olhando a Rússia isoladamente, os 24,3 mil carros entregues levaram a uma queda de 47%.

Na Ásia-Pacífico, os 972 mil Volkswagen vendidos resultaram em queda de 2,2% por cento. O mercado chinês absorveu 899,4 mil automóveis, 2,4% a menos que no primeiro quadrimestre de 2014.

Na América do Norte foram comprados 185,1 mil carros da marca, 0,4% a mais que nos mesmos quatro meses de 2014. Os veículos absorvidos nos Estados Unidos, 109,2 mil, apontaram queda de 7,5%.

Na América do Sul, o período até abril teve 167,4 mil VW zero-quilômetro vendidos e 19,4% de declínio. As 126,1 mil unidades distribuídas no Brasil levaram à retração de 23,8%.

China irá financiar ferrovia de US\$ 30 bilhões no Brasil

18/05/2015 - Fonte: Automotive Business

Os governos do Brasil e da China assinarão na próxima terça-feira (19), durante a visita oficial do primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, acordos de investimento no valor de US\$ 53,3 bilhões, segundo divulgou o Ministério das Relações Exteriores.

O subsecretário-geral Político do MRE, embaixador José Alfredo Graça Lima, informou que o valor engloba projetos já em curso e, a maioria, em fase de planejamento nas áreas de agronegócio, autopeças, equipamentos de transportes, energia, ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, armazenamento e serviços.

“Dessa cifra de US\$ 53,3 bilhões, uma cifra muito próxima de US\$ 50 bilhões se referem a projetos novos”, disse Graça Lima. Ao todo, estão previstos quatro acordos

governamentais, quatro empresariais, três declarações conjuntas e mais de 25 atos, alguns deles ainda em processo de finalização.

Entre os projetos está o da construção da Ferrovia Transoceânica, em parceria com a China e o Peru, que irá ligar a Região Centro-Oeste até o Oceano Pacífico. A ferrovia deve ter 5,3 mil km de extensão, dos quais 2,9 mil km passando pelo Brasil com tempo de construção estimado em seis anos.

Em novembro do ano passado, os presidentes da China e do Peru assinaram memorando de entendimento para a criação de um grupo de trabalho trilateral para a realização do projeto.

“Essa cooperação trilateral para construção de uma ferrovia transoceânica é um exemplo emblemático e vai permitir que se crie um corredor de exportação para os grãos do Centro-Oeste e também para proteína animal”, disse o embaixador.

De acordo com a Agência Brasil, quando questionado sobre as contrapartidas pedidas pela China para disponibilizar tamanha quantidade de recursos no Brasil e o risco do crescimento da influência do país asiático na América do Sul, Graça Lima afirmou que não vê nenhuma “agenda secreta” na maior diversificação dos investimentos chineses no país e na região.

“Acho extremamente interessante o fato de uma cooperação, no sentido de aumentar os investimentos para beneficiamento, por exemplo, de recursos naturais, atender às duas necessidades.

Primeiro, do Brasil, de agregar valor aos seus recursos naturais abundantes, e da própria China de já poder, ela própria, passar de um patamar para outro”, disse o embaixador, acrescentando a possibilidade de o Brasil se beneficiar com a expertise chinesa em diversas áreas, como construção e transportes.

Entre os anúncios mais esperados para a visita, estão a abertura do mercado chinês à carne bovina brasileira e a concretização da operação de venda e entrega do primeiro lote de aeronaves da Embraer, de um total de 40, à empresa chinesa Tianjin Airlines, ambos compromissos feitos durante a visita do presidente Xi Jinping a Brasília, em julho de 2014.

Um exemplo de projeto já em desenvolvimento é o de ligação elétrica da Usina Hidrelétrica de Belo Monte com os centros consumidores das regiões Sul e Sudeste.

Déficit no setor de autopeças soma US\$ 2,41 bi

18/05/2015 - Fonte: Automotive Business

A queda de 17,5% na produção automotiva no acumulado do ano não foi suficiente para evitar o déficit de US\$ 2,41 na balança comercial de autopeças na soma dos meses de janeiro a abril.

No entanto, esse total é 30,4% menor que o registrado em igual período de 2014. Os números foram divulgados pelo Sindipeças, entidade que representa os fabricantes da indústria de componentes.

As importações recuaram 21,2%, chegando a US\$ 4,9 bilhões. Os Estados Unidos lideram as vendas ao Brasil, com US\$ 603,6 milhões e queda de 14,6% ante o período janeiro a abril de 2014. A China é a segunda da lista, com US\$ 540 milhões em embarques ao Brasil no acumulado e queda bem menor, de 3,5%.

As compras da Alemanha e da Coreia do Sul, terceiro e quinto maiores fornecedores ao Brasil, recuaram respectivamente em 32,6% e 29,5%. A retração nas aquisições de França e Suécia supera os 40% na comparação com os primeiros quatro meses do ano passado.

As compras por macrorregião mostram Ásia e Oceania com 39,4% de participação, 5 pontos percentuais à frente da Europa. No consolidado de 2014 essa vantagem foi de apenas 1,1 pp.

As exportações de janeiro a abril somaram US\$ 2,5 bilhões, levando a uma retração de 9,7%. As vendas para a Argentina, principal cliente, atingiram US\$ 866,3 milhões, 13,4% abaixo do primeiro quadrimestre de 2014. O embarque de US\$ 399,7 milhões em autopeças para os Estados Unidos, segundo maior comprador, resultou em pequena queda de 0,7%.

O fornecimento à Alemanha de US\$ 158,7 milhões em componentes foi 23,7% menor que nos mesmos meses de 2014. O país é o quarto maior destino das autopeças brasileiras

GM colocará 900 funcionários em layoff em São Caetano do Sul

18/05/2015 - Fonte: Automotive Business

Os trabalhadores da fábrica da General Motors de São Caetano do Sul (SP) aprovaram por unanimidade, em assembleia realizada na tarde de sexta-feira, 15, a proposta da montadora em colocar 900 funcionários em regime de layoff a partir da segunda-feira, 19.

Por causa da queda na produção, a empresa quer prorrogar a medida para os 386 trabalhadores que já estava em layoff e acrescentar outros 514 metalúrgicos por um período de cinco meses.

“Após seis horas de reunião com a GM foi a proposta que encontramos para evitar demissões”, afirmou na quinta-feira, 14, o presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Caetano do Sul, Aparecido Inácio da Silva, o Cidão, após o encontro com representantes da montadora.

A unidade da GM no ABC paulista é responsável pela produção dos modelos Cruze, versões hatch e sedã, Spin, Cobalt e Montana e tem atualmente 1,3 mil funcionários afastados, sendo 467 em licença remunerada e 854 em layoff, sendo que para estes últimos, o prazo encerra em 9 de junho.

Os funcionários que entrarem no sistema a partir da próxima segunda-feira deverão permanecer afastados por cinco meses, com garantia de estabilidade por mais seis meses, informa o sindicato.

“Estamos discutindo alternativas com a empresa. Nosso objetivo neste momento é ganhar tempo evitando as demissões para que a economia nacional possa dar respostas e assim possam manter o emprego desses trabalhadores”, acrescentou.

Nesta semana, a montadora já havia anunciado a demissão de 150 funcionários em São Caetano do Sul (leia [aqui](#)).

GRAVATAÍ

Na fábrica da GM em Gravataí (RS) a empresa já manifestou a intenção de fechar o terceiro turno, que emprega 1,5 mil metalúrgicos, somando cerca de 3 mil funcionários

em todo o complexo industrial. Ainda não há definição sobre a situação, uma vez que montadora e sindicato ainda mantêm as negociações.

A unidade, que monta os modelos Onix, Prisma e Celta, viu seu ritmo de produção diminuir de 62 para 55 veículos por hora, representando uma queda de 11,5% na produção diária.

Segundo o sindicato da região, o estoque na fábrica está em 16 mil unidades, embora o sindicato dos cegoneiros aponte que os pátios já comportam cerca de 20 mil unidades.

Acciona, da Espanha, irá produzir nacelles na Bahia

18/05/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



A espanhola Acciona Windpower, fabricante de equipamentos para o setor de energia eólica, inaugurou na quarta-feira (13) linha de produção de nacelles no município de Simões Filho, na Bahia.

O equipamento, que antes era importado da Espanha, é um dos componentes do aerogerador. O investimento na nova linha foi de R\$ 15 milhões.

A Acciona opera desde 2012 no Estado na fabricação do cubo eólico - peça responsável pela fixação das palas (hélices) e pelo equilíbrio da captação de ventos, e as torres de concreto.

“[Esta inauguração] demonstra a nossa aposta industrial no Brasil, concretizada no Estado da Bahia; a nossa vocação de permanência neste mercado e a magnífica recepção que o nosso aerogerador AW3000 recebeu entre os promotores da energia eólica no País”, afirmou José Manuel Entrecanales, presidente mundial do Grupo Acciona, ao lembrar que o Grupo já está presente no Brasil há 20 anos, por meio de sua divisão de Infraestruturas.

A fábrica da Acciona Windpower tem capacidade de produção de 100 turbinas por ano (300 MW), com opção de ampliar a produção em até 200 turbinas por ano (600 MW), conforme a demanda.

Estas turbinas se encontram dentro da maior faixa de potência das turbinas instaladas no Brasil (3 MW), com as maiores dimensões de rotor (até 125 metros de diâmetro) e são instaladas sobre torres de concreto de 100 e 120 metros.

A planta, que ocupa terreno de 5 mil m², com mais 7 mil m² de espaço adicional para o manejo das turbinas. Nela também é realizado o trabalho de produção de cubos eólicos que a Acciona Windpower já produzia desde 2013, em local próximo à nova planta.

Economistas veem IPCA a 5,50% e Selic a 11,75% em 2016

18/05/2015 - Fonte: Reuters

Economistas de instituições financeiras reduziram pela segunda semana seguida a projeção para a inflação em 2016, a 5,50 por cento, ante 5,51 por cento anteriormente, ao mesmo tempo em que voltaram a elevar a perspectiva para a Selic no próximo ano.

A pesquisa Focus do Banco Central divulgada nesta segunda-feira mostrou que a projeção para a taxa básica de juros no fim de 2016 agora é de 11,75 por cento, ante 11,63 por cento na mediana das expectativas na semana anterior.

Para o fim de 2015 foi mantida a projeção de Selic a 13,50 por cento, enquanto em relação à alta do IPCA os especialistas consultados elevaram a perspectiva em 0,02 ponto percentual, a 8,31 por cento.

Nova montadora mira Sete Lagoas

18/05/2015 - Fonte: DC

Sete Lagoas, na região Central do Estado, deve atrair grandes investimentos nos próximos anos. E o maior deles pode ser anunciado já no começo de junho. Trata-se da instalação de uma fábrica da Amsia Motors, montadora multinacional chinesa, apoiada por árabes.

A prefeitura confirmou o aporte, mas não forneceu detalhes sobre o empreendimento. Porém, especula-se que o grupo de megainvestidores irá aplicar algumas dezenas de milhões de dólares no projeto.

A Amsia Motors é especializada em veículos movidos à energia limpa (carros elétricos e híbridos) e possui unidades também na França e na Itália. "Por motivos contratuais, ainda precisamos manter a confidencialidade sobre o projeto.

Mas adianto que, além da montadora, teremos outros negócios, que envolvem a fabricação de motores e tratores, além de vários produtos do setor eletroeletrônico", afirmou, na sexta-feira, o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Agropecuária e Turismo, Saulo Queiroz.

Ainda conforme ele, além de árabes e chineses, o grupo de investidores conta também com empresários indianos. "Está agendada a vinda de representantes do grupo (que incluiria um sheik árabe) no início de junho a Sete Lagoas, para assinatura do protocolo de intenções. Além do Executivo local, os governos estadual e federal também participarão do projeto", destacou.

Comitiva - Em março deste ano, executivos da Amsia Motors estiveram em Belo Horizonte para uma rodada de negociações. Na ocasião, importantes interlocutores dos governos estadual e federal, como o ex-ministro e empresário Walfrido dos Mares Guia e o representante da Casa Civil do Palácio do Planalto, Joédis Marques Ferreira, participaram da reunião na Capital.

Segundo o secretário, a comitiva de empresários veio conhecer possíveis locais onde poderia ser erguida a planta. "Nós apresentamos estudos e imagens aéreas das principais áreas com possibilidade de abrigar a unidade industrial", disse Queiroz.

A montadora está presente em 18 países do Oriente Médio e do Norte da África e sua planta pode gerar 4 mil empregos diretos e indiretos na região de Sete Lagoas. No

primeiro momento, a Amsia Motors deve importar os veículos já prontos para o país. Em seguida, começará uma linha de produção na cidade mineira. Segundo informações já divulgadas pela prefeitura do município, a planta pretende atender os mercados interno e externo.

"Nossa infraestrutura, a proximidade com Belo Horizonte e com o aeroporto de Confins são fatores positivos que favorecem o propósito do empreendimento e de vários outros que estão chegando na cidade", reforçou o secretário.

Além disso, será implantado na cidade um segundo distrito industrial (DI). Esse projeto é uma parceria com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig). A área total do empreendimento é de aproximadamente 266 mil metros quadrados, distribuídos em cinco quadras com 76 lotes.

"O DI fica entre os terrenos da Iveco e da Ambev, também às margens da rodovia MG-238. Esse empreendimento irá contribuir de forma estratégica para o desenvolvimento do parque industrial do município", completou Queiroz.

Produção de aço bruto cresce 4,4% em abril, aponta IABr

18/05/2015 - Fonte: DC

A produção brasileira de aço bruto em abril cresceu 4,4% em relação ao mesmo período do ano passado, para 2,912 milhões de toneladas, de acordo com dados divulgados nesta sexta-feira, 15, pelo Instituto Aço Brasil (IABr).

A produção de laminados recuou 2,7% na mesma comparação, para 2,15 milhões de toneladas. A de planos, por sua vez, subiu 0,9% em abril na relação anual, para 1,284 milhão de toneladas. O volume produzido de aço longo despencou 7,6% em abril ante abril de 2014, para 865,6 mil toneladas.

De janeiro a abril o volume produzido de aço bruto ficou em 11,332 milhões de toneladas, alta de 1,6% na relação anual. O volume de laminados subiu 2,5% nos quatro primeiros meses do ano; planos subiu 11,7% e a de longos, na contramão, caiu 9,2%.

O consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos em abril foi de 2 milhões de toneladas, totalizando 8,1 milhões de toneladas no período de janeiro a abril de 2015, queda de 8,5% e 4,2%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos do ano anterior.

Importação

A importação de aço somou 436 mil toneladas em abril, aumento de 45,8% em relação ao observado em março. Em relação ao mesmo intervalo do ano passado a alta foi de 19,4%.

Mercado eleva pela quinta semana seguida estimativa de inflação em 2015

18/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Economistas ouvidos pelo Banco Central elevaram a previsão de inflação para 8,31% em 2015, quando considerado o centro das estimativas (mediana). Na semana anterior, a previsão era de alta de 8,29% nos preços. É a quinta alta seguida da estimativa, divulgada semanalmente como parte da pesquisa Focus do BC. A previsão para inflação em 2016 oscilou, no entanto, para baixo, e foi de 5,51% para 5,50%.

A expectativa sobre a taxa de juros Selic para o fim de 2015 ficou em 13,50% anuais – atualmente, ela está em 13,25%. A Selic é a principal ferramenta do governo para controle da inflação, e as estimativas sobre ela têm se mantido estáveis desde o final de abril.

Para 2016, no entanto, prevê-se uma Selic de 11,75%. A estimativa da semana anterior era de uma taxa em 11,63%.

PIB

Para 2015, espera-se uma queda de 1,20% do PIB, e, para 2016, alta de 1%, mantendo as previsões da semana anterior.

A taxa de câmbio deve fechar o ano em R\$ 3,20, e 2016 em R\$ 3,30, as mesmas previsões da semana anterior. Na sexta-feira (15), o dólar à vista –referência no mercado financeiro– [fechou em R\\$ 2,978](#).

No azul, Petrobras alimenta alta da Bolsa e investimentos no Brasil

18/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A recuperação das ações da Petrobras, cujos resultados do primeiro trimestre surpreenderam na sexta (15), tem o potencial de impulsionar um novo ciclo de alta na Bolsa brasileira e uma entrada maior de investimentos estrangeiros no país. Mesmo quem perdeu dinheiro com a queda que as ações sofreram tem chance de recuperar o valor.

Na avaliação de analistas, a estatal conseguiu se apropriar da defasagem no preço dos combustíveis vendidos no país e mostrou resiliência para lidar com o impacto da alta do dólar nas importações e na gestão da dívida.

O resultado foi um lucro líquido de R\$ 5,33 bilhões no primeiro trimestre, 1,2% abaixo do mesmo período de 2014, mas acima da previsão de ganho próximo de R\$ 2,5 bilhões. Por outro lado, a valorização recente dos papéis (e da própria Bolsa), que adiantaram essa expectativa de recuperação, podem limitar ganhos adicionais e não justificar uma aposta duradoura no mercado de ações brasileiro.

Embora os resultados tenham agradado, o endividamento mostra que a companhia tem um longo trabalho de saneamento pela frente. A dívida líquida avançou 18% desde dezembro.

Além da Petrobras, o rumo da Bolsa será definido pelo sucesso do governo em aprovar as medidas do ajuste fiscal no Congresso e pela perspectiva de atraso na elevação dos juros nos EUA.

Fabricio Soler: Logística reversa e o "oba-oba" para a sustentabilidade

18/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Independentemente dos programas de arrocho fiscal em curso pelo Ministério e Secretarias Estaduais Fazendárias, a Câmara dos Deputados acaba de instalar a Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Produtiva da Reciclagem, cujo objetivo é articular e integrar as iniciativas e atividades do Parlamento com as ações que vêm sendo realizadas pelos agentes das cadeias de logística reversa e reciclagem em todo o Brasil.

Nesse sentido, é oportuno resgatar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) criou para o setor empresarial, ora representado por fabricantes, importantes, distribuidores e comerciantes de lâmpadas, equipamentos eletroeletrônicos,

medicamentos, produtos comercializados em embalagens entre outros, a obrigação de implementar e operacionalizar sistemas de logística reversa.

Sistemas esses que compreendem, basicamente, um conjunto de ações e medidas para viabilizar o retorno dos produtos após o consumo e/ou uso pelo consumidor ao setor empresarial, cabendo a este assegurar a sua destinação ambientalmente adequada, em especial por meio da reciclagem desses materiais.

Nos últimos dois anos o governo federal, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), tem se empenhado em analisar, discutir e negociar junto ao setor empresarial modelagens robustas sob a perspectiva jurídica, técnica, operacional e econômica visando à sustentabilidade dos sistemas de logística reversa ao longo dos próximos anos, senão décadas.

Tem-se, inclusive, como ponto fulcral na implementação desses sistemas, a instituição pela União, Estados e/ou Municípios de normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios a indústrias dedicadas à reciclagem, aquisição de máquinas e equipamentos utilizados na gestão de resíduos e atividades de inovação, o que certamente será abordado pela citada Frente Parlamentar.

Assim, apesar do compromisso de fabricantes, importantes, distribuidores e comerciantes, bem como do MMA para com os sistemas de logística reversa de alcance nacional, observa-se a pulverização de pequenas ações e/ou campanhas de recolhimento de lâmpadas, eletroeletrônicos, medicamentos e embalagens pós-consumo.

Em geral, essas ações e/ou campanhas são realizadas por terceiros não obrigados pela PNRS e, por consequência, acabam sendo conduzidas de forma isolada, desarticulada, com limitada abrangência territorial, baixo impacto informacional e cultural para a sociedade, carentes de conformidade legal e de infraestrutura, o que resulta em minguados volumes de produtos recebidos.

Há de se admitir que são iniciativas louváveis, sim, e muito bem-vindas e bem intencionadas. Mas, em termos de resultados, são pouco efetivas, o que lhes dá muito mais as feições de um "oba-oba" passageiro do que de um conjunto coeso de ações destinadas a estruturar robustos sistemas de logística reversa que atendam os ditames da PNRS na sua busca pela sustentabilidade.

(FABRICIO SOLER sócio responsável pelo departamento de meio ambiente e sustentabilidade de Felsberg Advogados e presidente do Instituto PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Setor de carros fechou mais de 20 mil vagas

18/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

De janeiro a abril as montadoras – tradicionais empregadoras de mão de obra qualificada, fabricantes de autopeças e revendas demitiram mais de 20 mil funcionários, após uma redução de 19,2% nas vendas de veículos em relação ao mesmo período de 2014.

Além da crise econômica, o setor passa por uma reestruturação que, na opinião de especialistas, vai continuar mesmo que a economia volte a crescer a partir do segundo semestre. "É uma loucura achar que podemos absorver toda a capacidade instalada das montadoras de modo prolongado", diz Cláudio Dedecca, professor do Instituto de Economia (IE) da Unicamp.

Segundo estudo da Tendências Consultoria, com as novas fábricas de automóveis que estão sendo inauguradas este ano, a capacidade anual conjunta das montadoras deve chegar a 5,6 milhões de veículos.

A demanda prevista para este ano é de no máximo 3 milhões de unidades. De acordo com a Tendências, há excesso de capacidade e que as fábricas vão ficar ociosas. A expectativa é que o setor opere com 53% de sua capacidade instalada neste ano.

"Fomos irresponsáveis (enquanto País) em permitir que ficássemos prisioneiros da produção de automóveis ao invés de termos investido em metrô, em transporte coletivo e de carga", afirma Dedecca.

Além de já ter reduzido seu quadro de pessoal em 4,9 mil postos este ano, as montadoras têm 4,7 mil trabalhadores em lay-off (contratos suspensos por cinco meses ou mais).

As concessionárias cortaram 12 mil postos neste ano e fecharam 250 lojas. As fabricantes de autopeças não têm dados oficiais, mas fontes do setor calculam que ocorreram cerca de 3,7 mil dispensas no primeiro trimestre.

Aquisição de usinas será mais seletiva

18/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

As operações de fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro serão muito seletivas nos próximos meses, afirmaram fontes do mercado financeiro ouvidas pelo jornal O Estado de S. Paulo. "As consultas foram retomadas, mas os potenciais compradores estão atrás de barganhas", afirmou uma fonte.

Entre 2005 e 2008, o setor viveu um forte movimento de expansão e consolidação, atraindo investidores estrangeiros e nacionais, estimulado pelo aumento do consumo do etanol, que viveu um boom com a forte demanda por carros flex. Depois da crise de 2008, muitas usinas quebraram e dezenas delas encerraram suas atividades.

"Há um movimento recente de usinas que decidiram vender separadamente seus ativos de cogeração para reduzir a alavancagem", diz Antonio Rogerio Ferreira, superintendente de fusões e aquisições e mercado de equity do Banco Fator.

Foi o caso do grupo francês Albioma que adquiriu, em abril, 65% da operação de cogeração do grupo sucroalcooleiro Jalles Machado, de Goiás. "CPFL Renováveis e Tractebel também adquiriram divisão de cogeração de usinas em um passado recente."

No fim do ano passado, a Brookfield comprou por cerca de R\$ 1,4 bilhão os negócios de energia renovável da Energisa. Dentro desse pacote, estava incluída a divisão de cogeração do grupo sucroalcooleiro Tonon Bionergia, que se desfez do negócio, em duas etapas, para reduzir sua dívida.

Na semana passada, a Tonon teve rating (nota) de crédito rebaixado pela agência de classificação de risco Fitch. Procurada, nenhum porta-voz da companhia foi encontrado para comentar o assunto.

Além da Tonon, também recebem classificações da Fitch a Raízen, Biosev, Jalles Machado, a Usina São João Açúcar e Álcool e Grupo Virgolino de Oliveira (GVO).

"A venda de um ativo de cogeração faz sentido", diz Claudio Miori, analista sênior de açúcar e etanol da Fitch. "Esse negócio tem uma grande capacidade de geração de caixa, comparado ao de açúcar e álcool."

Miori lembra que o negócio de açúcar e álcool ainda está passando por um momento difícil, de liquidez apertada e crédito restrito. "O 'business' cogeração tem receita previsível, mas não é 'core' (negócio principal) das usinas, representando, em média, de 7% a 10% da receita total", diz.

Mesmo com o anúncio do governo no início deste ano da volta da Cide e aumento da mistura do etanol na gasolina, de 25% para 27,5%, o que dá fôlego às usinas, os preços internacionais do açúcar vão seguir pressionados pela superoferta global, de acordo com Miori.

Para Alexandre Figliolino, diretor do Itaú BBA, há um grupo de usinas que não está entre os dez maiores do setor e que também não faz parte dos que pediram recuperação judicial que pode atrair investidores.

"Em teoria, todas as usinas estão à venda há muito tempo. A questão é que há uma diferença enorme entre o preço que se pede e o quanto os possíveis compradores estão dispostos a desembolsar."

Segundo ele, o cenário atual não indica que operações de fusões e aquisições ocorram no curto e médio prazos. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Mercado espera que a inflação atinja 8,31% em 2015

18/05/2015 - Fonte: Agência Brasil

Analistas e investidores do mercado financeiro voltaram a elevar a previsão de fechamento da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2015. A estimativa de alta, que estava em 8,29%, agora é 8,31%.

O IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verifica a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias, com rendimento de um a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos.

Desde junho de 1999, o IPCA é o índice utilizado pelo Banco Central (BC) para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação, sendo considerado o índice oficial de inflação do país.

O mercado ampliou ainda a previsão de elevação para os preços administrados, como o da energia e da gasolina, de 13,2% para 13,5%.

As informações estão no Boletim *Focus*, pesquisa semanal junto a instituições financeiras, divulgado hoje (18) pelo BC. Os analistas mantiveram inalterada a expectativa de queda do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país), em -1,2%. A projeção de queda da produção industrial ampliou-se, de -2,5% para -2,8%.

A estimativa para o câmbio, ao fim de 2015, permaneceu em R\$ 3,20. A previsão de fechamento da Selic, taxa básica de juros da economia, também permanece igual, em 13,5% ao ano. Atualmente, a Selic, instrumento do BC para controle da inflação, está em 13,25% ao ano.

A estimativa da dívida líquida do setor público ficou em 37,95% do PIB. A projeção do déficit em conta corrente, que mede a qualidade das contas externas, subiu de US\$ 80 bilhões para US\$ 82,4 bilhões. O saldo projetado para a balança comercial permanece positivo em US\$ 3 bilhões. Os investimentos estrangeiros estimados subiram de US\$ 59 bilhões para US\$ 61 bilhões.

Consumo aparente de aço cai 8,5% em abril ante 2014, aponta Aço Brasil

18/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

O consumo aparente de aço no Brasil chegou a 2 milhões de toneladas em abril, informou o Instituto Aço Brasil. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a queda foi de 8,5%. Entre março e abril, houve recuo de 9,1%. O indicador mostra o total da demanda siderúrgica no país, incluindo produtos nacionais e importados.

No mês passado, as importações de aço cresceram 19,4% na comparação anual, para 435,9 mil toneladas, mas de março para abril foi observada praticamente estabilidade. Em termos de valor, as compras no exterior corresponderam a US\$ 369,4 milhões.

As exportações de aço, por sua vez, ficaram em 632,9 mil toneladas, 2,6% a menos que em 12 meses e forte queda de 38,3% em relação ao mês anterior. Os ganhos com as vendas no exterior foram de US\$ 360,9 milhões em abril, recuos de 27,1% e de 46,4%, nesta ordem.

O comunicado do instituto mostra também que as vendas no mercado interno declinaram 14,1% no mês passado, no confronto anual, para 1,5 milhão de toneladas. Quando relacionado com o volume de março, a redução foi de 21,1%.

Os dados mostram que a competição com os produtos estrangeiros se acirrou mais. Como o consumo aparente apresentou piora menos intensa do que a das vendas internas e as compras de produtos siderúrgicos estrangeiros subiram 19,4% de um ano para o outro, o aço brasileiro estaria perdendo participação no mercado.

O instituto disse ainda que a produção total de aço bruto chegou a 2,91 milhões de toneladas em abril, 4,4% a mais do que o visto em igual período de 2014. Perante março, houve incremento de 5,2%. O segmento com maior expansão anual foi o de placas, que avançou 29,4%, para 549,8 mil toneladas.

China se opõe a medidas contra exportação de aço chinês

18/05/2015 - Fonte: Agência Brasil

O Ministério do Comércio chinês se opõe a qualquer medida contra as exportações de aço do país, afirmou hoje o porta-voz do órgão, Shen Danyang.

A declaração foi feita após notícias de que a União Europeia (UE) irá impor tarifas sobre a importação de aço da China e da Rússia.

Sem identificar a UE, Shen disse que as exportações chinesas cresceram recentemente por causa da "maior demanda global". Ele também reiterou que os produtos chineses são bastante competitivos.

"Com tais condições, acredito que é normal que as exportações de aço chinesas cresçam, o que é justificável", disse, acrescentando que Pequim está disposto a resolver qualquer questão com seus parceiros comerciais através do "diálogo e da cooperação".

Primeiro-ministro da Austrália apoia inquérito sobre preço do minério de ferro

18/05/2015 - Fonte: Isto É Dinheiro

O primeiro-ministro da Austrália, Tony Abbott, apoiou um inquérito parlamentar especial sobre o mercado de minério de ferro, dizendo que é importante descobrir os fatos que sustentam as fortes quedas nos preços do principal produto de exportação do país. "O que

não queremos ver é um comportamento predador por parte de qualquer companhia", disse Abbott em entrevista a uma rádio australiana.

Abbott não informou se o inquérito terá a forma proposta pelo parlamentar Nick Xenophon. O senador independente pediu que o Comitê Econômico investigue queixas de que as gigantes de mineração BHP Billiton e Rio Tinto estão guiando os preços do minério para baixo ao ampliar a oferta, para prejudicar concorrentes menores.

"Não estou querendo demonizar qualquer companhia porque tenho consciência do fato de que a Rio Tinto e a BHP são os maiores pagadores de impostos corporativos da Austrália", disse Abbott. "Quero que elas continuem fazendo muito lucro aqui na Austrália", acrescentou.

Ontem, Xenophon adiou uma votação parlamentar sobre o inquérito e afirmou que as companhias haviam lançado campanhas "furiosas" contra a investigação. Tanto a BHP quanto a Rio Tinto se recusaram a comentar o assunto.

Algumas produtoras australianas pequenas estão entre as maiores críticas das estratégias das grandes rivais. Empresas como a Fortescue Metals, controlada pelo bilionário Andrew Forest, são as mais vulneráveis aos preços baixos porque não têm escala para manter os custos de produção contidos.

Os preços do minério de ferro caíram para os níveis mais baixos em uma década neste ano conforme o crescimento da economia da China, um grande consumidor da commodity, perdeu força e as mineradoras aumentaram a oferta após anos de investimentos em minas novas.

A queda dos preços se tornou tão profunda que está afetando a receita fiscal da Austrália, dificultando para o governo de Abbott melhorar as finanças da nação como prometido na eleição.

Vale contrata linha de crédito rotativo de US\$ 3 bilhões

18/05/2015 - Fonte: InfoMoney

A mineradora Vale (VALE3; VALE5) informou nesta sexta-feira a conclusão da contratação de uma nova linha sindicalizada de crédito rotativo ("revolving credit facility") no valor de 3 bilhões de dólares, com prazo de cinco anos.

A linha, contratada junto a um sindicato composto por 24 bancos globais, superou consideravelmente o montante originalmente demandado pela companhia, disse a mineradora em nota. O crédito irá substituir outra linha de 3 bilhões de dólares contratada em 2011.

"A linha revolving credit facility forma um significativo colchão de liquidez e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o nosso foco estratégico na minimização do custo do capital", disse a mineradora, maior produtora global de minério de ferro.

Vale Bloomberg

A companhia, impactada pela queda dos preços do minério de ferro, seu principal produto, disse ainda que conta com outra linha no valor de 2 bilhões de dólares, totalizando assim 5 bilhões de dólares em crédito rotativo.

"Este instrumento representa uma fonte adicional de liquidez e pode ser utilizado pela Vale e algumas de suas subsidiárias em qualquer momento da vida útil do instrumento (2 bilhões de dólares até 2018 e 3 bilhões de dólares até 2020)", afirmou.

Tendência de maior retração no setor de veículos

18/05/2015 - Fonte: ANTP

Vendas e produção no nível mais baixo em oito anos, demissões crescentes e estoques que, a despeito do menor ritmo das linhas de montagem, não param de subir. Retratado pelos números do primeiro quadrimestre de 2015, o cenário consolida como "crise" o status do momento atravessado pelas montadoras do país.

Do consumo interno às exportações, passando pelos empregos, veículos encaalhados nos pátios à espera de um comprador e atividade das fábricas, abril não trouxe um dado sequer em azul.

Pelo contrário, reforçou uma tendência de que 2015 será muito pior do que o ano passado 2014, o que entidades representativas como a Anfavea, das montadoras, e a Fenabrave, das concessionárias, assim como a maioria dos especialistas independentes, praticamente descartavam no início do ano.

Por ora, o mercado está 19,2% abaixo do ano passado, ao passo que a produção recua 17,5%. No total, os brasileiros compraram 893,6 mil veículos entre janeiro e abril, quando se soma os volumes de carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. Já a produção, em igual período, somou 881,8 mil unidades.

Não se via números tão fracos num primeiro quadrimestre desde 2007, quando, em igual período, os licenciamentos totalizaram 672,5 mil unidades e a produção, 828,6 mil veículos.

Em outras palavras, é como se quase todo o crescimento do mercado acumulado entre 2008 e 2013 tivesse sido reduzido a pó nos últimos dois anos - tendo em vista que a indústria já tinha ficado no vermelho nos quatro primeiros meses de 2014.

Sem muitos motivos para comemorar, Luiz Moan, presidente da Anfavea, se amparou na tímida melhora do ritmo de vendas diárias na passagem de março para abril ao dizer que o pior ficou no primeiro trimestre e prognosticar uma moderação da crise nos próximos meses.

Uma janela para o setor tentar melhorar seus resultados será aberta entre junho e julho, quando as vendas terão uma base de comparação mais fraca, já que em igual período de 2014 o mercado foi fortemente prejudicado pelo baixo fluxo de consumidores em razão da Copa do Mundo.

O problema é que, até agora, os emplacamentos de 2015 não conseguiram se igualar até mesmo aos meses mais críticos do ano passado.

Nos dois meses do Mundial, por exemplo, o mercado girou ao redor de 12 mil carros ao dia. Já neste ano, a média não chegou a 11 mil automóveis nos últimos três meses. No melhor mês, janeiro - quando as concessionárias ainda contavam com veículos em estoque sem o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) -, a média somou 11,6 mil unidades por dia útil.

Na visão da Anfavea, a aprovação das medidas de ajuste fiscal em tramitação no Congresso poderá ser o ponto de partida para a retomada das vendas. Tal expectativa

parte da premissa de que a confiança dos consumidores será restaurada à medida que as novas regras do jogo forem conhecidas, afirmou Moan durante apresentação à imprensa do balanço de abril semana passada.

"Enquanto as medidas não forem aprovadas, não conheceremos as regras do jogo. Quando conhecermos quais são as regras, poderemos ter uma melhora nos níveis de confiança não apenas dos investidores, mas também dos consumidores", avalia o executivo.

As últimas medidas tomadas pelos fabricantes não sugerem, contudo, uma perspectiva de reação no curto prazo. Férias coletivas, licenças remuneradas e afastamento temporário de funcionários com a suspensão de contratos de trabalho voltaram a ser lançadas neste mês nas quatro maiores montadoras de automóveis do país: Fiat, General Motors (GM), Volkswagen e Ford.

A Volvo acaba de desativar o segundo turno da produção de caminhões em Curitiba (PR), tendo agora um excesso de mão de obra que poderá resultar no corte de 600 trabalhadores, ou 15% do efetivo da multinacional sueca no país.

As demissões nas montadoras já atingiram 4,9 mil postos desde o início do ano, ou 20 mil desde novembro de 2013, quando as empresas iniciaram o atual ciclo de ajuste da força de trabalho.

E mesmo com a profusão de medidas com o objetivo de diminuir o ritmo de produção das fábricas, o Brasil ainda acumula estoque de veículos suficiente para 50 dias de venda, quando o ideal seria um giro mais próximo de 30 dias. Ou seja, apesar da sequência de cortes anunciados há mais de um ano, o setor ainda não conseguiu adequar sua oferta à realidade do mercado, num claro sinal de que os ajustes terão que persistir.

A indústria acuada

18/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Enfraquecida por enorme acúmulo de erros políticos, a indústria nacional continua perdendo espaço tanto no mercado externo quanto no interno. A participação dos bens importados no mercado nacional chegou a 22,3% nos quatro trimestres até o período janeiro-março deste ano.

Um ano antes estava em 21,7%, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Numa economia mais saudável e administrada com maior pragmatismo, o aumento da presença de bens importados seria consequência de maior abertura e maior integração no comércio global.

Não é o caso brasileiro. O País continua muito fechado, seu comércio exterior diminuiu no último ano e a fatia dos produtos comprados no exterior cresceu porque a produção nacional é ineficiente, os custos são muito altos e é baixo o poder de competição da maior parte das empresas.

O coeficiente de exportação, de 19,1% das vendas industriais no período anual encerrado no primeiro trimestre, é igual ao registrado um ano antes. Desde 2012 tem oscilado em níveis próximos de 19%.

Nos últimos quatro anos, a produção industrial permaneceu basicamente estagnada, com algumas oscilações pouco significativas, foi incapaz de acompanhar a ampliação do consumo e perdeu participação fora e dentro do País.

Entre janeiro e abril, as exportações de industrializados, de US\$ 30,42 bilhões, foram 9% menores que as dos primeiros quatro meses de 2014. Esse conjunto inclui manufaturados e semimanufaturados. No caso dos manufaturados, a receita, de US\$ 21,87 bilhões, foi 11,3% inferior à do quadrimestre correspondente do ano passado. Também se reduziram as compras externas, embora a participação porcentual dos importados no mercado nacional tenha crescido.

As compras de bens de capital foram 18,4% menores que as de janeiro–abril de 2014. As de matérias–primas e bens intermediários foram 19,8% inferiores às de um ano antes.

No mesmo tipo de comparação, as importações de bens de consumo recuaram 17,9% e as de combustíveis e lubrificantes diminuíram 48,3%.

Somados todos os itens do intercâmbio, a corrente de comércio do Brasil com o exterior ficou em US\$ 120,93 bilhões, 16,1% abaixo do valor computado nos primeiros quatro meses do ano passado.

Parte dessa redução é explicável pela queda dos preços de produtos básicos, mas os fatores mais importantes são outros – a paradeira da economia nacional e a incapacidade competitiva da maior parte da indústria brasileira.

Essa incapacidade resulta da conjunção de vários erros de política econômica. Durante os oito anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o investimento permaneceu muito baixo no Brasil, geralmente abaixo de 20% do Produto Interno Bruto (PIB).

O governo deu muita atenção às políticas de inclusão no mercado de consumo e pouco se ocupou com a expansão da capacidade produtiva.

Enquanto a economia internacional prosperou e as contas públicas brasileiras permaneceram mais ou menos em ordem, as deficiências da política foram menos notadas.

A partir de 2008 o quadro mudou. O governo reagiu à crise aumentando o gasto público e aumentando a oferta de crédito oficial – a chamada política contracíclica. Em 2010, o Brasil havia vencido os impactos mais fortes da crise, mas a estratégia foi mantida e até ampliada.

A ganância e as transferências do Tesouro para os bancos oficiais aumentaram, benefícios fiscais e financeiros foram concedidos a grupos e setores selecionados e a produção industrial continuou estagnada.

Ao erro de diagnóstico somou-se o equívoco na escolha dos instrumentos. Foram desperdiçadas centenas de bilhões.

Um dos erros foi a opção pelo protecionismo, combinado com a preferência pelo comércio com países emergentes e em desenvolvimento.

Fora dos principais fluxos de comércio, dos acordos bilaterais e inter-regionais e das cadeias globais de valor, o Brasil só pode jogar, e com sucesso cada vez menor, nas divisões inferiores.

Os dados da CNI mostram parte dos efeitos de uma sucessão de erros. Para vencer os erros é preciso entendê-los e reconhecê-los. Nenhum desses passos foi dado pela presidente Dilma Rousseff.

Indústria caminha longe da substituição de importados

18/05/2015 - Fonte: Brasil Econômico

A penetração de insumos e bens finais importados no consumo nacional alcançou o maior patamar em oito anos, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

O coeficiente teve expansão de 22,3% no acumulado dos quatro últimos trimestres, até janeiro/março de 2015. O dado sinaliza que o esperado efeito de estímulo à produção nacional por meio da desvalorização cambial — com o dólar na casa dos R\$ 3 — e a substituição de importados levará ainda mais tempo para acontecer e pode ser menos expressivo do que se imagina.

Dentre os 21 setores pesquisados pela CNI, apenas 6 reduziram suas importações de insumos e bens finais: fumo, couro e calçados, derivados de petróleo e biocombustíveis, minerais não metálicos, máquinas e materiais elétricos e outros equipamentos de transporte.

Para empresários desses setores, ainda não está claro se a desvalorização cambial trará impactos expressivos sobre uma indústria ainda sem fôlego e com mínima margem para compras.

“A aquisição de insumos importados tem caído, mas não sabemos se a queda vem por uma substituição direta de itens similares e de igual qualidade produzidos nacionalmente, ou porque a demanda da indústria está retraída”, avalia o gerente da área de Economia da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Luiz César Rochel.

No primeiro trimestre deste ano, a produção do setor eletrônico caiu 15%, segundo a Abinee. “Com a desvalorização da moeda, a tendência é que a produção local ganhe mercado. Mas perdemos a referência, porque o mercado está frouxo”, acrescenta Rochel, que salienta, no entanto, que mesmo que a desvalorização cambial traga efeitos positivos, esses não devem ser suficientes para reverter a trajetória de queda da produção industrial, com perspectiva de retração de 5% no faturamento real.

Presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso não acredita em um efeito da substituição de importados por nacionais sobre a produção do setor.

Segundo ele, a queda de 14% nas importações no 1º trimestre é reflexo do encolhimento do consumo aparente. “Vivemos mais uma inércia do que uma substituição de importados por nacionais. Primeiramente, a mudança cambial não foi significativa. O real ficou competitivo frente ao dólar, mas ante ao euro, não. A desvalorização chegou a apenas 6%”, observa.

Velloso salienta ainda que a volatilidade do câmbio também é um obstáculo ao ganho de competitividade do produto nacional frente ao importado. “O importador ou investidor, quando compra uma máquina, não adota o câmbio do dia, e sim, o menor dentro da volatilidade”, completa.

O Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) também credita grande parte da redução nas importações — queda de 21,2% no trimestre — à retração na produção nacional de veículos. De janeiro a abril, o saldo negativo foi de US\$ 2,41 bilhões, 30,4% menor que o registrado em igual período do ano passado.

“É importante destacar que a substituição de importados por nacionais não é um efeito instantâneo e imediato”, defende a economista da CNI Samantha Cunha.

“Existe uma certa defasagem, por conta dos contratos. Mas, a longo prazo, espera-se uma queda do coeficiente de penetração de importados, já que os nacionais estão mais competitivos”.

Nelson Marconi, da Fundação Getulio Vargas, reitera a avaliação. “Mantida a taxa de câmbio nesse patamar, vamos ativar a substituição de importações. O que pode vir a ser uma fonte de recuperação da indústria nacional”, diz.

BC trava uma queda de braço com as expectativas

18/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

Os economistas do mercado financeiro já começam a questionar se o Banco Central não está exagerando na dose com a promessa de subir os juros básicos da economia para além dos 13,5% ao ano que já estavam previstos.

A inflação segue muito alta e ninguém discorda da necessidade de convergi-la para a meta de 4,5%. A questão é a velocidade ótima do processo de desinflação. As melhores práticas do regime de metas de inflação aconselham que essa trajetória minimize os custos em termos de flutuação da atividade econômica.

Até meados de março, o Banco Central parecia caminhar para o fim do atual ciclo de aperto monetário, que começou em abril de 2013 e já acumula seis pontos percentuais de alta da taxa básica. De fato, pelos cálculos apresentados pela própria autoridade monetária, o trabalho necessário para cumprir o centro da meta de inflação parecia muito próximo de ser concluído.

Projeção do BC feita no relatório de inflação de março previa que a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegaria a 4,9% em dezembro de 2016, bem perto da meta, considerando uma taxa de juros de 12,75% ao ano.

Desde então, os juros subiram para 13,25% ao ano, e os cálculos do mercado apontavam que, com mais uma derradeira dose de alta de 0,25 ponto em junho, a inflação chegaria a 4,5% dentro das projeções do Banco Central.

Há dez dias, porém, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC divulgou uma ata bastante dura, e o mercado passou a precificar altas adicionais de juros, para 14% ao ano. Também esvaziou as apostas de que o BC poderia começar um ciclo de distensão da política monetária em janeiro de 2016.

O Banco Central emitiu sinais de que não será satisfeito apenas em colocar a inflação em 4,5% ao ano em fins de 2016 em seus modelos de projeção. Entre seus objetivos, incluiu o compromisso de ancorar a expectativa de inflação dos analistas econômicos em 4,5% ao fim de 2016.

Hoje, poucos acreditam nessa hipótese. A projeção mediana do mercado para a inflação do ano que vem é de 5,51%. Economistas privados consideram que domar as expectativas de inflação será uma tarefa hercúlea.

A inflação implícita nos títulos públicos, embora tenha sofrido queda recentemente, ainda está perto de 6% até 2022. Vai custar caro, em termos de alta de juros e de desaceleração da economia, fazer o mercado acreditar que a inflação poderá se reduzir quase à metade, de 8,5% esperados neste ano para 4,5% no ano que vem.

As indicações dadas pela autoridade monetária são de que ela está disposta a pagar o preço que for preciso para resgatar a meta de inflação. Se for esse o ânimo, dizem alguns analistas, o país deverá colher uma forte recessão, violenta a ponto de desorganizar o setor produtivo.

Para o Banco Central, a recessão será mais profunda se o combate a inflação não for levado a cabo e as empresas repassarem aos consumidores os custos maiores do aumento de tarifas e alta do câmbio. O risco seria uma inflação de dois dígitos, aprofundamento da indexação da economia e aumento dos custos futuros da política monetária.

Certamente, as opções em jogo seriam menos desfavoráveis se, aos olhos do mercado financeiro, o Banco Central não tivesse perdido uma boa parte de sua credibilidade nos últimos anos.

Seria possível usar a flexibilidade inerente ao regime de metas de inflação para acomodar choques de oferta como o que estão ocorrendo agora e fazer uma convergência mais gradual a 4,5%.

Hoje, a batalha maior é pela recuperação da credibilidade da política monetária. No primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o Banco Central abandonou seu compromisso com a meta. Os analistas do mercado entenderam que, na verdade, o BC persegue uma meta informal, de 5,5%.

A atitude mais firme do BC fez com que as projeções de longo prazo do mercado recuassem, mas ainda estão altas, em 5%.

Cabe indagar se a insistência em uma convergência tão acelerada da inflação a 4,5% em 2016 não atrapalha o ancoramento das expectativas de inflação no longo prazo. Como o esforço em termos de recessão e desemprego será penoso, muitos receiam que o BC não aguentará a pressão e jogará a toalha.

O risco da desistência prematura é jogar o país no pior dos mundos, pagando os custos recessivos sem colher os benefícios da queda da inflação.

O novo normal da China e o papel do Brasil

18/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

Os projetos de investimento que já têm assegurado o interesse de participação chinesa somam pelo menos US\$ 53,3 bilhões, como revelado nesta coluna. Já os contratos de financiamento, investimento e joint ventures entre brasileiros e chineses a serem assinados formalmente durante a visita do premier chinês Li Keqiang, que começa hoje, estão por volta de US\$ 26 bilhões, segundo informou a esta coluna o embaixador chinês no Brasil, Li Jinzhang, influente ex-vice-ministro de Relações Exteriores da China.

"Nossos dois países enfrentam o idêntico desafio de fazer ajustes em suas economias, por isso a cooperação sino-brasileira precisa adaptar-se", disse o embaixador, lembrando o que os chineses vêm chamando de "o novo normal" do país, com taxas mais baixas de crescimento, menos ênfase na exportação de bens e esforços para desenvolver o mercado consumidor interno.

"A situação de demasiada dependência do comércio de commodities não podia continuar, e precisa ser transformada", comentou, ao falar da "nova etapa" da relação bilateral, em que investimentos mútuos devem ganhar dimensão inédita.

Li Jinzhang não confirmou o noticiado acordo para formação de um fundo de investimentos de US\$ 50 bilhões, entre o ICBC chinês e a Caixa Econômica Federal. Mas adiantou que haverá vários acordos de apoio financeiro a serem firmados por bancos chineses, que enviaram seus presidentes na comitiva de Li Keqiang (pronuncia-se "Ketchiang").

O reforço da cooperação financeira bilateral, para financiar projetos nos dois países e atuar nas instituições multilaterais, é uma das prioridades dos dois governos para os próximos 40 anos, defende o embaixador.

Entre as prioridades está a cooperação financeira

"A parte chinesa está disposta a reforçar nossa coordenação e ajudar o Brasil a participar nos projetos de infraestrutura e comunicação da Ásia", garantiu Li Jinzhang, ao mencionar a adesão do Brasil ao Banco de Infraestrutura da Ásia, criado pelos chineses a contragosto dos Estados Unidos.

Segundo informações do governo brasileiro, um pool de bancos deve anunciar financiamento bilionário à Petrobras - que, em abril, já contratou financiamento de US\$ 3,5 bilhões do China Development Bank, o BNDES deles. Estavam sendo negociados acordos semelhantes com a Vale e Embraer.

Visto com desconfiança ou desinteresse por investidores ocidentais e assediado com sugestões de reformas por governos de países desenvolvidos, o Brasil governado por Dilma Rousseff abraça com interesse o abastado gigante chinês, que, como define o presidente emérito do Conselho Empresarial China-Brasil, Sérgio Amaral, tem, na visita de Li Keqiang, mais um ato de sua nova "geopolítica da infraestrutura".

A China, segundo Amaral, parece ver na América do Sul oportunidade de replicar o que faz na Ásia, onde os chineses expandem influência promovendo e financiando a chamada "nova rota da seda", que conectará a China à Europa, passando pela Ásia Central, e ao Oceano Índico, passando pela Tailândia com um trem de alta velocidade.

Li Keqiang deve assistir, ainda, a assinatura de dois protocolos que, afinal, liberarão a entrada de carne in natura brasileira na China e definirão uma lista de frigoríficos com "fast track" para habilitação pelas autoridades sanitárias.

Também se prevê a oficialização da compra de 22 aviões da Embraer, modelo E-190, na versão mais moderna. Mas o ponto alto da visita, para o embaixador chinês, é o acordo de "desenvolvimento e capacidade produtiva", aproveitando a experiência chinesa em áreas como mineração, logística, portos, energia e infraestrutura em geral.

"A China dispõe de tecnologia avançada, ricas experiências e financiamento, na área de infraestrutura, sobretudo em ferrovias", exemplifica o embaixador. É evidente o interesse chinês em avançar com a ferrovia transoceânica, que ligará o litoral Atlântico brasileiro aos portos do Peru, no Pacífico.

Na lista de "colheita antecipada" possível para os negócios bilaterais, os chineses preveem investir ou financiar, por meio da China Railway Construction Corporation e da China Railway Engineering Corporation até US\$ 5,75 bilhões no trecho ferroviário que une Lucas do Rio Verde, no centro de Mato Grosso, a Campinorte e Uruaçu, na ferrovia Norte-Sul.

Os interesses chineses em infraestrutura no Brasil incluem até o possível investimento de até US\$ 1,2 bilhão, pela China State Construction Engineering, no projeto de criação de uma "cidade logística" em Pindamonhagaba, São Paulo. O China Engineering Group mantém conversas com a empresa paulista Isotherma Construções Técnicas para um

ambicioso plano de abastecimento de água em São Paulo, que demandaria investimentos de US\$ 2,7 bilhões, também incluído na lista de interesses dos chineses.

O embaixador Li Jinzhang não entra em detalhes sobre os projetos, mas reafirma o interesse da China em projetos, no Brasil, para energia hidrelétrica, solar e até nuclear. No setor de energia, os principais atores serão a Corporação Três Gargantas (CTCG) e a Power Construction Corporation of China (PCCC).

Sérgio Amaral vê, no interesse da China, uma oportunidade para o Brasil substituir as construtoras envolvidas em projetos hoje ameaçados pelo envolvimento de grandes empreiteiras brasileiras nos escândalos de corrupção. Os chineses podem dar o fôlego necessário a firmas brasileiras de menor porte, para que assumam obras em perigo, sugere.

Os termos, condições e dinheiro de fato envolvidos nos promissores acenos dos chineses começam a ficar mais claros a partir de amanhã, quando Li Keqiang, desembaraçado líder chinês com grande poder nas decisões econômicas do país, exibir o que trouxe na bagagem em sua visita ao Brasil. Uma visita que, aliás, é apenas a primeira parada de uma viagem cheia de simbolismo por uma coleção de capitais sul-americanas.

Setor de máquinas aposta em exportação

18/05/2015 - Fonte: Canal Rural

O setor brasileiro de máquinas agrícolas aposta na exportação de equipamentos para conter a crise no mercado interno, onde as vendas recuaram 21% do começo do ano até o momento, segundo dados do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Simers).

Entre os fatores citados para o recuo na comercialização interna está a instabilidade na taxa de juros para o setor agropecuário. As novas taxas só devem ser anunciadas quando for divulgado o novo Plano Safra, que ainda não possui data certa.

– Até o final do ano passado nós tínhamos o Moderfrota, que era um juro de 4,5% ao ano, com dez anos para pagar. Então até o final do ano passado esse juro fluiu e os negócios aconteceram. Este ano o dinheiro veio à conta gotas – disse o presidente da Simers, Cláudio Bier, durante a 8ª edição da AgroBrasília.

Abimaq apresenta propostas para política industrial ao MDIC

Para superar a desaceleração das vendas, o sindicato aposta na exportação dos equipamentos. A entidade convidou uma empresa pública do governo cubano, que tem parceria com o Brasil na importação desses produtos, para participar da AgroBrasília. A ideia é mostrar ao grupo o material produzido no país e despertar o interesse de novos negócios.

Segundo dados do governo cubano, desde que o convênio entre os países teve início, há dois anos, já foram comercializados cerca de 20 milhões de euros em equipamentos agrícolas.

Mesmo com a recente abertura de mercado para os Estados Unidos, concorrente do Brasil no setor, os cubanos garantem que vão dar preferência à nação que sempre foi parceira deles.

Destaques da MPV 664/2014 são apreciados no Plenário da Câmara

18/05/2015 - Fonte: Informativo CNI

O Plenário da Câmara dos Deputados finalizou hoje a votação do PLV Nº 4/2015 (MPV 664/2014) apreciando os destaques que estavam pendentes de votação. A Câmara rejeitou ontem a disposição que ampliava de 15 para 30 a responsabilidade do empregador.

A CNI entende que a ampliação do período para arcar com o salário do empregado afastado por doença onerava o empregador. O prejuízo para as empresas se traduziria em um claro aumento de custos, pelo que seriam elas responsáveis por remunerar um tempo maior de afastamento do empregado – o dobro do que hoje lhe é imposto.

Se o dispositivo que amplia de 15 para 30 dias fosse mantido haveria também aumento do custo do trabalho, o que afetaria a competitividade da empresa e conseqüentemente provocaria prejuízos aos próprios trabalhadores.

Dentre os destaques que estavam pendentes para votação hoje, foi aprovada a manutenção da possibilidade de celebração de convênios para a realização de perícias médicas.

Nos casos de impossibilidade de realização de perícias pelo órgão ou setor próprio competente o INSS poderá celebrar convênios, contratos ou acordos com: órgãos e entidades públicos ou que integrem o Sistema Único de Saúde; entidades privadas de serviço social e de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical; entidades privadas de comprovada idoneidade financeira e técnica, desde que não empreguem o segurado.

A CNI é favorável à possibilidade de celebração de convênios para a realização de perícia médica, pois traz, entre outros, os seguintes ganhos:

- ✓ irá potencializar a Reabilitação Profissional no país;
- ✓ reduzirá a concessão de aposentadorias por invalidez (após longo período de espera por uma Reabilitação);
- ✓ promoverá um ganho de agilidade e de custo nas avaliações de incapacidade para o trabalho;
- ✓ tornará mais adequado o tempo médio do tempo dos auxílios-doença;
- ✓ promoverá um melhor acompanhamento médico dos segurados em auxílio-doença.

Ressalta-se ainda que foi aprovada ontem a emenda que permite a aplicação da fórmula 85/95 nas aposentadorias. De acordo com essa regra, o fator previdenciário não será aplicado quando o segurado, ao requerer a aposentadoria, tiver alcançado o total resultante da soma da idade dele com o respectivo tempo de contribuição, desde que este não seja inferior a 35 anos, se homem, e a 30 anos, se mulher, for igual ou superior a 95 anos, se homem, e a 85 anos, se mulher, somando-se as frações de tempo e idade. Excluiu-se a incidência do fator previdenciário para o segurado com deficiência.

O PLV aprovado mantém as reduções dos benefícios previdenciários, dentro do esforço do ajuste fiscal, mas faz algumas concessões. Como exemplo, destaca-se, em relação à pensão por morte, a redução da carência para 18 contribuições mensais para a pensão por morte, antes prevista em 24 contribuições na MPV.

A redação final do PLV nº4 de 2015 segue para o Senado.

Discussão da PEC da Reforma Política

18/05/2015 - Fonte: Informativo CNI

A Comissão de Reforma Política deu início às discussões em torno do substitutivo do relator, deputado Marcelo Castro (PMDB/PI), à PEC 182/2007, que foi apresentado na terça-feira (12/05).

O relator anunciou algumas modificações no texto, especialmente em relação à cláusula de barreira, duração de mandatos e eleição de suplente de senadores e duração de mandatos dos prefeitos eleitos em 2016.

Destacam-se no substitutivo, que deverá ser votado na próxima semana, os seguintes pontos:

- ✓ institui o sistema eleitoral majoritário para Câmara dos Deputados e vereadores - "distritão". Serão eleitos os candidatos mais votados na circunscrição eleitoral - Estados e Municípios, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido;
- ✓ fim da reeleição para os cargos do Poder Executivo;
- ✓ coincidência dos mandatos: mandato de 05 anos para todos os cargos do Poder Executivo, vereadores e deputados, exceto senadores (10 anos);
- ✓ permite coligações exclusivamente nas eleições majoritárias;
- ✓ financiamento eleitoral misto, sendo que as doações das pessoas jurídicas serão realizadas diretamente ao partido político;
- ✓ cláusula de barreira de 2% dos votos válidos para o partido ter direito a recursos do fundo partidário e tempo de rádio e TV;
- ✓ senadores serão eleitos com um suplente;
- ✓ amplia o tempo de mandato dos prefeitos eleitos em 2016 de dois anos para seis anos (retirou do texto o mandato "tampão");
- ✓ as eleições majoritárias e minoritárias passam a coincidir em 2022, com mandatos de cinco anos para todos os representantes, com exceção de senadores, que continuarão com o mandato de 10 anos.

Durante os debates na reunião, ficou claro a falta de consenso sobre o tema, notadamente em relação ao novo sistema eleitoral ("distritão"), ao financiamento privado de campanha e ao aumento dos mandatos de senadores.